



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 57, de 2025.**

Autoriza a concessão de subvenção social  
ao Lar dos Idosos Padre Panfílio de Nova  
Ponte-MG, no exercício de 2026.

**1 - Do Relatório:**

O Projeto de Lei nº 57, de 2025, de autoria da Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, após parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, é submetido a Comissão de Finanças e Controle desta Casa Legislativa, para análise sobre a viabilidade financeira e orçamentária, em respeito a determinação do art. 35, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Indianópolis.

Conforme justificativa municipal, a subvenção proposta se justifica pela necessidade urgente de oferecer um acolhimento digno aos munícipes idosos de Indianópolis que não possuem condições de saúde física e mental para viverem sozinhos e carecem de apoio familiar próximo.

Temos que o parecer desta Comissão é o seguinte:

**2 – Da análise financeira e orçamentária:**

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 26, dispõe que:

**Art. 26.** A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

O presente projeto visa autorizar o repasse de recursos financeiros a entidade que menciona através da forma de contribuição, conforme dispõe o artigo 12 da Lei 4.320/64, em seu §2º:

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:  
(...)

§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado. (grifamos)

Por sua vez, o artigo 4º do projeto de Lei, indicou as dotações orçamentárias que suportarão a despesa a fim de demonstrar a previsão no orçamento.

O impacto orçamentário é dispensado tendo em vista o art. 37 da Lei Ordinária nº 2.259, de 14 de maio de 2024, que dispõe:

Art. 37. Para efeito do disposto no § 3º, do art. 16, da Lei Complementar n.º 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício financeiro de 2025 e por natureza de objeto, não exceder o limite previsto no inciso II, do art. 75, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O art. 75, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, da qual se refere a Lei nº 2.259 acima disposto, considera despesa irrelevante o montante estimado até R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Diante de todo o exposto, O referido projeto de Lei se encontra-se adequado ao que preceitua as legislações vigentes, encontrando respaldo na dotação orçamentária vigente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**




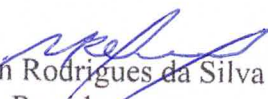
**3 – Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão:**

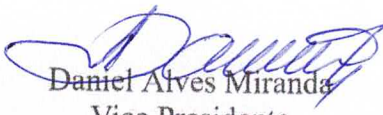
Após esta análise, a Comissão de Finanças e Controle manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 57/2025, considerando que há compatibilidade com as normas orçamentárias e fiscais vigentes.

É o parecer, *SMJ*.

Sala das Reuniões, 01 de dezembro de 2025.

  
José Ricardo Oliveira  
Relator/Membro

  
Mariosan Rodrigues da Silva  
Presidente

  
Daniel Alves Miranda  
Vice Presidente